

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**

MARIA DO SOCORRO ARAÚJO FALCÃO

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO
DE GOIÂNIA/GO – A VISÃO DOS RESPONSÁVEIS**

Goiânia

2013

MARIA DO SOCORRO ARAÚJO FALCÃO

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO
DE GOIÂNIA/GO – A VISÃO DOS RESPONSÁVEIS**

Monografia submetida à Faculdade de Educação Física da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a finalização do curso de Especialização em Educação Física Escolar, sob a orientação da professora Dra. Ana Paula Salles.

Goiânia

2013

MARIA DO SOCORRO ARAÚJO FALCÃO

**A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO
DE GOIÂNIA/GO – A VISÃO DOS RESPONSÁVEIS**

Esta monografia foi aprovada em sua forma final.

Goiânia, 3 de junho 2013.

**Prof^a. Dra. Ana Paula Salles da Silva
Orientadora**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as crianças com deficiência da escola campo da pesquisa, que foram meu maior incentivo para a realização deste trabalho. E, também às responsáveis pelas crianças que num ato de generosidade se dispuseram a serem os sujeitos da pesquisa desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus e a Virgem Maria por estarem sempre presentes em minha vida e por me acolherem nos momentos difíceis da minha vida.

Aos meus familiares, em especial a minha mãe, que me apoiou e me deu força nos momentos de fraqueza.

Ao diretor da escola que foi campo de pesquisa, que possibilitou a elaboração desse trabalho.

Agradeço em especial aos responsáveis pelos alunos com deficiência, que generosamente responderam ao questionário permitindo assim a construção desse trabalho.

À minha orientadora, professora Dra. Ana Paula Salles, que com paciência e desprendimento me conduziu e instruiu para que eu conseguisse terminar meu trabalho.

Agradeço aos professores da Pós-Graduação que com os conteúdos ensinados durante a especialização, contribuíram para a minha melhor formação.

Agradeço aos meus colegas de especialização pelos momentos de convivência e parceria para que juntos pudéssemos concluir o curso.

Agradeço de forma muito especial à professora Dra. Nilva Pessoa de Souza, que foi a minha grande incentivadora para realizar este trabalho. Ela que foi minha mentora e grande colaboradora durante toda a especialização, fornecendo todo o material necessário para que eu pudesse, através dos conhecimentos adquiridos desses materiais, elaborar e construir meu trabalho de conclusão de curso.

RESUMO

Este trabalho tem como temática central a inclusão de crianças com deficiência em uma escola de ensino regular da rede municipal de Goiânia/GO, pelo viés da visão dos responsáveis pelas crianças. Assim, tenho como objetivo: Investigar como os responsáveis pelas crianças com deficiências compreendem o processo de inclusão em uma escola municipal da rede regular de ensino. A pesquisa foi realizada em uma Escola Municipal de Goiânia/GO, da região Noroeste, que possui quatro crianças com deficiências diferenciadas, síndrome de Down, baixa visão causada por toxoplasmose congênita, paralisia cerebral e hidrocefalia e mielomeningocele. Entretanto a pesquisa foi realizada com as responsáveis por eles. Para realizar essa investigação optei pela pesquisa qualitativa do tipo descritiva. Como instrumento de coleta de dados utilizei um questionário com perguntas, que depois de coletados transformei cada questão em categorias, que foram analisadas e que me permitiram chegar as seguintes conclusões: o papel da família junto a escola não atende as necessidades de realização de um trabalho inclusivo; em alguns momentos a família trata a criança como se sua deficiência fosse uma doença; a escola possui características de integração e não de inclusão.

Palavras chave: Inclusão, integração, crianças com deficiência, família, educação inclusiva.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1.....	10
INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	10
1.1 Integração X Inclusão.....	11
1.2 Inclusão Escolar: Avanços e Retrocessos.....	12
1.3 O Papel da Família na Inclusão Escolar	15
1.4 Os sujeitos da educação no processo de inclusão.	16
CAPÍTULO 2.....	19
METODOLOGIA	19
CAPÍTULO 3.....	21
A INCLUSÃO ESCOLAR PELO OLHAR DA RESPONSÁVEL PELA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA.....	21
3.1 Caracterização do sujeito.	21
3.2 Tempo de permanência da criança na escola pesquisada.	22
3.3 Os motivos que levaram os pais a colocarem seus filhos com deficiência em uma escola de ensino regular.	22
3.4 Frequência da criança em escola de ensino especial de ensino regular.....	23
3.5 A relação professor e responsável.	24
3.6 O trabalho pedagógico realizado pelo professor.....	24
3.7 Apoio pedagógico especializado	25
3.8 Mudanças no comportamento das crianças na escola de ensino regular	26
3.9 Situação de constrangimento na escola	27
3.10 Relação das crianças com deficiência com as demais crianças na escola.	28
3.11 Quanto as tarefas extraclasse.	29
3.12 Participação das responsáveis em atividades da escola.	30
3.13 Mudanças necessárias na escola para melhoria da educação das crianças com deficiência.	31
3.14 Responsabilidades da criança com deficiência em casa.	31
3.15 Atividades de lazer entre a família e as crianças com deficiência.	32
CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38
APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO	41

INTRODUÇÃO

Escolhi fazer o trabalho sobre a inclusão de alunos com deficiência nas escolas de ensino regular por trabalhar a 10 anos em uma escola da rede municipal de Goiânia/GO, que de acordo com a Legislação Educacional, atende crianças com deficiência. Pelo que pude observar nos últimos anos, na escola em que trabalho, o processo de inclusão está acontecendo de forma equivocada e confusa.

Nos planejamentos a questão da inclusão sempre é levantada. As dúvidas de como deve ser realizado o trabalho com as crianças com deficiência sem, contudo excluir as sem deficiência e vice-versa? Qual metodologia deve ser adotada e qual conteúdo se adequa melhor para que as crianças com deficiência tenham um aprendizado satisfatório? Como trabalhar em parceria com os responsáveis pelas crianças com deficiência? Essas são algumas perguntas que requerem respostas.

O objetivo desse trabalho é investigar como os responsáveis pelas crianças com deficiências compreendem o processo de inclusão em uma escola de ensino regular da rede municipal de Goiânia/GO.

Por esse motivo resolvi me aprofundar mais no assunto, e a partir dos conhecimentos adquiridos, tentar ajudar a escola nesse processo, na tentativa de proporcionar aos alunos com deficiência uma inclusão mais justa e positiva, com um ensino de adequado e de qualidade para ele.

Para entender melhor o processo de inclusão, é preciso entender que aluno com deficiência não é aluno doente, e sim que há uma necessidade de se pensar maneiras de como trabalhar com a deficiência, quais limitações àquela deficiência traz para o aluno, quais as metodologias e conteúdos mais indicados para potencializar a inclusão. É preciso que a escola se organize e mude para oferecer um aprendizado que realmente tenha significado e que seja útil para a vida do aluno.

Para que a inclusão se efetive dentro e fora das escolas de ensino regular um conjunto de ações precisa ser adotado. Um dos pontos que favorece a inclusão é a mudança no pensamento que a família e a sociedade têm a respeito da criança/aluno com deficiência. É preciso deixar de lado alguns pré-conceitos já existentes, como por exemplo, o de que esses alunos são incapazes de aprender.

Os governos federal, estadual e municipal, juntamente com as respectivas

Secretarias de Educação, os pais, as escolas de atendimento especializado e as escolas de ensino regular, precisam trabalhar em conjunto para que a inclusão aconteça de forma mais justa.

Segundo SANTOS (1999, p.9):

[...] A Declaração de Salamanca (1994) – documento aprovado em Conferência das Nações Unidas em 1994, na Espanha, que, entre outras coisas, recontextualiza o papel da educação especial dentro da plataforma lançada na Tailândia, na Conferência Mundial sobre educação para todos, por exemplo, diz, em suas diretrizes de ação nos níveis nacionais, no art. 58: Os Ministérios da Educação e as escolas não devem ser os únicos a perseguir o objetivo de dispensar o ensino a crianças com necessidades educacionais especiais. Isso exige também a cooperação das famílias e a mobilização da comunidade. [...]

As famílias precisam deixar de se sentirem responsáveis pelo fato da criança ter nascido com deficiência e procurar entender melhor sobre a deficiência de seu (a) filho (a) para assim ajudá-los a conviver com as dificuldades e superar barreiras para conseguir o respeito e o direito de ser parte integrante da sociedade.

Segundo BATISTA e FRANÇA (2007, p. 117):

A chegada de uma criança com deficiência geralmente torna-se um evento bastante traumático e um momento de mudanças, dúvidas e confusão. A maneira como cada família lida com esse evento influenciará decisivamente na construção da identidade do grupo familiar e, conseqüentemente, na identidade individual de seus membros. O impacto que uma criança com deficiência causa sobre a família fará com que o próprio grupo familiar seja obrigado a desconstruir seus modelos de pensamento e a recriar uma nova gama de conceitos que absorva essa realidade. Neste sentido, a superação do conceito de doença e da visão patológica é um dos primeiros desafios a serem ultrapassados.

O capítulo 1 trata da revisão de literatura em que discutirei o porquê da necessidade de se pensar em inclusão escolar nas escolas de ensino regular. Da ideia inicial de integração, até chegar à inclusão. Dos avanços e retrocessos que a inclusão obteve através dos séculos, mostrando algumas mudanças ocorridas na legislação, como também a criação de projetos que atendem as pessoas com deficiência. Da importância da participação da família nesse processo de inclusão nas escolas e do papel social que lhe cabe. Por último falarei dos professores, que são os sujeitos da educação no processo de inclusão.

O capítulo 2 tem como objetivo explicar os elementos da metodologia, indicando o tipo de pesquisa, instrumento de coleta de dados e ainda caracterizando os sujeitos.

O capítulo 3 trata da inclusão escolar pelo olhar do responsável pela criança com deficiência, em que analisei os dados coletados através do questionário respondido pelas responsáveis das crianças com deficiência.

Em seguida apresento a conclusão, com as impressões e análises finais a respeito do que foi investigado. Depois disso, indico o rol das referências bibliográficas que foram utilizadas e deram sustentação teórica a esse trabalho.

CAPÍTULO 1

INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Segundo Florencio (2010), no Brasil, por volta dos anos 80, o ensino era privilégio da elite, sendo que as pessoas de baixa renda ou com alguma deficiência, não tinham direito à educação. A necessidade de se pensar inclusão se deve, primeiramente, em como as pessoas com deficiência, tanto física ou mental, eram vistas pela sociedade. Elas eram consideradas um atraso para o desenvolvimento da sociedade e das famílias.

Ainda, segundo Florencio (2010), tal pensamento levou os pais que tinham filhos com deficiência à exclusão, preferindo o isolamento ao convívio social. Devido ao preconceito que as famílias sofriam e do medo da exclusão social, os pais internavam os filhos com deficiência em casas de internação, criadas com o intuito de esconder as pessoas com deficiência, pois as famílias eram julgadas como *“incompetentes por não terem filhos **normais**.”* (p. 11, grifo da autora).

Nessas clínicas os médicos e pedagogos entenderam que apesar das limitações, as pessoas com deficiência tinham potencial, e que a deficiência não era empecilho para que a aprendizagem acontecesse.

Não nego que exista diferença entre os indivíduos, que uns estejam mais predispostos a algumas atividades do que outros, em razão do fator físico ou genético. Contudo não entendo que essa diferença seja determinante para a aprendizagem. (VYGOTSKY apud FLORENCIO, 2010, p. 15)

Diante da necessidade de mudar a visão de limitação que a sociedade tinha a respeito da pessoa com deficiência, algumas estratégias começaram a serem traçadas em relação à escolarização dos alunos com deficiência, como por exemplo, o seu processo de inclusão e de integração nas escolas de ensino regular, os avanços e retrocessos da inclusão escolar, o papel da família nesse processo, como também o papel do professor no processo de inclusão.

1.1 Integração X Inclusão

A integração do aluno com deficiência deu-se com a sua matrícula nas escolas de ensino regular, onde havia somente o planejamento definido para os alunos sem deficiência.

Os autores Coll, Marchesi e Palacios & Cols, afirmam que *“a integração é a concretização na prática social do princípio da igualdade: todos os alunos devem ter acesso à educação de forma não segregadora”*. (2004, p. 22)

A integração é a oportunidade dos alunos com deficiência de frequentarem e adaptarem-se aos recursos disponíveis na escola de ensino regular, onde a escola proporcionará a melhor situação para que o aluno com deficiência desenvolva as suas potencialidades.

Mantoan, (1993, p. 3) afirma que *“pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas através de um leque de possibilidades educacionais, que vai da inserção às salas de aula do ensino regular ao ensino em escolas especiais”*.

Na visão de Mittler (2003) apud Gorgatti (2005, p. 13), *“[...] o aluno deve adaptar-se à escola e não há necessariamente uma perspectiva de que a escola mudará para acomodar uma diferença cada vez maior entre os alunos”*.

Com a chegada dos alunos com deficiência na escola de ensino regular, e pela dificuldade em mudar todo o planejamento definido para os alunos sem deficiência, foram criadas as salas de ensino especial como uma tentativa de facilitar o trabalho pedagógico que seria realizado com eles, propiciando um ambiente mais adequado e seguro. Lá os alunos com deficiência recebiam o atendimento e o aprendizado de forma separada dos demais alunos.

A criação das salas especiais, ao invés de incluir os alunos com deficiência na escola, teve um efeito contrário, passou a excluí-los, pois os mesmos ficavam isolados dos demais, levando por terra a iniciativa de inclusão e socialização desses alunos. Essas salas reforçaram o isolamento dos alunos com deficiência, que não eram vistos como partes integrantes do contexto escolar. Reforçando assim a necessidade de se pensar e discutir a inclusão.

Com uma organização diferente, a inclusão passou a ser uma realidade nas escolas de ensino regular. Tanto é que a mensagem transmitida pela Conferência Mundial de 1994 da UNESCO sobre Necessidades Educacionais Especiais diz que: “[...] a educação é uma questão de direitos humanos, e os indivíduos com deficiências devem fazer parte das escolas, as quais devem modificar seu funcionamento para incluir todos os alunos”. (KARAGIANNIS e STAINBACK, 1999, apud SCHNEIDER, s/d, p.9)

A inclusão de alunos com deficiência nas escolas de ensino precisa ser aceita como um processo natural, pois não basta a escola receber esses alunos por uma obrigação legal, ela precisa oferecer ao aluno com deficiência um ambiente aonde ele possa desenvolver suas potencialidades e habilidades.

Carneiro, apud Florencio (2010, p. 15):

Os portadores de deficiência precisam ser considerados, a partir de suas potencialidades de aprendizagem. Sobre esse aspecto é facilmente compreensível que a escola não tenha que consertar o defeito, valorizando as habilidades que o deficiente não possui, mas ao contrário, trabalhar sua potencialidade com vistas em seu desenvolvimento.

Para que haja uma inclusão verdadeira todas as pessoas envolvidas nesse processo precisam conhecer mais a respeito das deficiências dos alunos que estão na escola, assim como as limitações e potencialidades das pessoas com deficiência. É preciso que os professores tomem consciência da importância da qualificação profissional, através da formação continuada, onde terão acesso as informações específicas sobre o trabalho que está sendo desenvolvido a respeito da inclusão.

1.2 Inclusão Escolar: Avanços e Retrocessos

Uma educação de qualidade é um direito de todos. A educação especial que antes acontecia nas escolas de ensino especial, passou a ser também de responsabilidade das escolas de ensino regular. Novas propostas foram pensadas para que a inclusão acontecesse.

Gil e Garcez (s/d, p. 3) apontam as principais diretrizes da educação inclusiva:

- Assegurar o direito de todos e de cada um dos alunos de compartilharem o mesmo espaço escolar, sem discriminações de qualquer natureza;
- Promover a igualdade e valorizar as diferenças na organização de um currículo que favoreça a aprendizagem de todos e de cada um dos alunos e que estimule transformações pedagógicas e sistêmicas nas diferentes instâncias do processo educacional;
- Assegurar o AEE – Atendimento Educacional Especializado a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades no turno inverso ao que estão matriculados nas classes comuns do ensino regular;
- Orientar os sistemas de ensino para que desenvolvam sua atuação pedagógica e deem atenção às especificidades de todos e cada um dos alunos em ambientes heterogêneos de aprendizagem.

Fazendo um breve levantamento histórico para entender como a inclusão vem ganhando importância e força ao longo dos anos, Gil e Garcez (s/d, p. 4) sincronizam alguns marcos nessa longa caminhada da inclusão:

- 1854, inauguração do Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant/RJ);
- 1857, fundação do Imperial Instituto de Surdos Mudos (atual INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos/RJ);
- 1948, Brasil assina a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que garante o direito de todos à educação;
- 1954, fundada a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais;
- 1961, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases, garante o direito da criança com deficiência à educação, de preferência na rede regular de ensino;
- 1971, a Lei 5.692, traz um retrocesso jurídico, pois reforça as escolas especiais;
- 1988, promulgada a atual Constituição, que garante a matrícula de crianças e jovens preferencialmente na rede regular de ensino;
- 1990, Brasil assina a Declaração Mundial de Educação para Todos (Declaração de Jomtien);
- 1994, Brasil assina a Declaração de Salamanca, que traz a concepção de Educação inclusiva;
- 1999, o Decreto nº 3.298 dispõe sobre a Política Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência, regulamenta a Lei nº 7.853/89 e define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular;
- 2001, Resolução CNE/CEB nº 2, estabelece que é crime recusar a matrícula de crianças com deficiência no ensino regular;
- 2002, Resolução CNE/CP nº 1, define que a Universidade deve formar professores da Educação Básica preparando-o para entre outros objetivos, o acolhimento e o trato da diversidade;
- 2002, Lei nº 10.436/02, reconhece LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) como meio de comunicação e expressão;
- 2002, A Portaria 2.678/08 aprova normas para o uso, ensino, produção e difusão do alfabeto Braille em todas as modalidades de Educação;

- 2003, o MEC cria o Programa Educação Inclusiva: Direito à diversidade, que forma professores para atuar na disseminação da Educação Inclusiva;
- 2004, o Ministério Público Federal reafirma o direito à escolarização de alunos com e sem deficiência no ensino regular através do documento: O Acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular;
- 2006, A Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o MEC, o Ministério da Justiça e a UNESCO lançam o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos que objetiva fomentar, no currículo da educação básica, temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que possibilitam inclusão, acesso e permanência na educação superior;
- 2007, no contexto do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, reafirmado pela Agenda Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência tendo como eixos a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos e a formação docente para o atendimento educacional especializado;
- 2008, o documento: A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, elaborado pela SEESP – Secretaria de Educação Especial do MEC, define que todos devem estudar na escola comum;
- 2008, Decreto Legislativo 186/2008 – ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com deficiência com status de emenda Constitucional;
- 2008, Decreto 6571/2008, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Esses dois decretos estabelecem que devam ser assegurados sistemas educacionais inclusivos em todos os níveis de ensino;
- 2009, Decreto Executivo 6.949/2009, que ratifica a Convenção sobre os Direitos das pessoas com deficiência, agora diretamente pelo poder Executivo,
- 2009, Resolução CNE/CEB nº 4 estabelece as Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica.

O governo entendendo que a inclusão é um desafio promoveu algumas mudanças e adequações, desenvolvendo propostas, disponibilizando recursos financeiros e investindo na formação dos professores, para a promoção da inclusão nas escolas de ensino regular.

As mesmas autoras ainda nos apontam os desafios que a inclusão ainda enfrenta:

- Conversão das escolas em espaços democráticos, atendendo aos estudantes, quaisquer que sejam suas características individuais;
- Abandono de sentimentos e posturas de caráter assistencialista e paternalista;
- Implementação e efetivação da legislação existente;

- Intensificação do processo de capacitação dos professores e de todos os que fazem parte da comunidade escolar, desde sua formação universitária;
- Adaptação dos prédios escolares existentes e de seus entornos, seguindo as Diretrizes da NBR 9050, da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas;
- Construção de novos prédios seguindo as diretrizes do desenho universal;
- Investimento na disseminação de informações sobre recursos pedagógicos, tecnologias existentes, publicações, experiências bem sucedidas, dissertação, teses, pesquisas, legislação;
- Investimentos em canais de comunicação que possibilitem intercâmbio de experiências entre educadores, alunos e familiares;
- Investimento para desenvolver e aprimorar tecnologias (assistivas de informação e comunicação) que permitam acesso cada vez mais abrangente ao conhecimento disponível; (Ibidem, p.4)

1.3 O Papel da Família na Inclusão Escolar

A família desempenha um papel importante na vida da criança, sendo ela em idade escolar ou não. É na família que a criança tem seu primeiro contato com as regras sociais e culturais.

Segundo Buscaglia (1997) apud Batista e França (2007, p. 117) *“a família desempenha importante papel na determinação do comportamento humano, na formação da personalidade, no curso da moral, na evolução mental e social, no estabelecimento da cultura e das instituições [...]”*.

É na família que a criança recebe as primeiras lições de comportamento, que irão ou não servir para moldar seu caráter e imprimir sua conduta. Existem hoje modelos/estruturas familiares diferenciadas, que acompanharam a evolução dos tempos.

Para exemplificar melhor Magalhães (1997), apud Batista e França (2007, p. 118), tipifica alguns modelos familiares:

- Rígidas: famílias perfeccionistas, que mantêm normas rígidas e sanções desproporcionais, em geral apresentam dificuldades para manejar as crises evolutivas de seus elementos;
- Laissez-faire: famílias em que os limites não são estabelecidos, em que tudo pode, geralmente não oferecem condições que possibilitem a aprendizagem;
- Aglutinadas: famílias em que não existem estrutura e coesão familiar, a autonomia exagerada pode provocar sentimento de abandono.

A família tem grande responsabilidade em relação ao comportamento, comprometimento, interesse e disciplina das crianças. Quando essas começam a frequentar a escola, trazem consigo valores e costumes familiares, que querendo ou não, interferem nas relações dela com os professores e com as outras crianças, interferindo também no aprendizado e na sua conduta escolar.

Segundo Kaloustian (1988), apud Barbosa (2011, p. 17):

A família tem dupla função no contexto educacional da criança: Função socializadora – quando transmite e condiciona a herança cultural e social da criança; e função social – quando proporciona a conquista de diferentes status, como étnico, nacional, religioso, entre outros. Nesse sentido, a relação família-escola está muito mais próxima do que muitos podem supor. A família prepara a criança com conhecimentos sociais, crenças e valores. Incute nelas o alicerce necessário para que os saberes sistematizados nas instituições escolares possam ser apreendidos e ter valor real para a criança.

Para que a relação da família-escola se estabeleça de forma positiva, é preciso que ambas se empenhem na vontade de oportunizar e oferecer condições satisfatórias para que a criança/aluno tenha um aprendizado de qualidade, em um ambiente seguro e acolhedor.

1.4 Os sujeitos da educação no processo de inclusão.

A inclusão de alunos com deficiência nas escolas públicas é uma realidade com a qual os professores têm que conviver, sabendo trabalhar ou não com os alunos deficientes. Portanto é preciso que esses professores se conscientizem de que para fazerem um bom trabalho, eles têm que deixar de lado alguns pré-conceitos a respeito da inclusão, precisam estudar mais a respeito do tema, como também a respeito das limitações e das deficiências dos seus alunos, pois somente com o conhecimento os professores terão condições de elaborar uma aula que atenda as necessidades desses alunos.

Segundo Saviani (2001), apud Frias e Menezes (s/d, p. 11): Na concepção histórico-crítica, aponta que o papel do professor nesse processo de inclusão é fundamental, uma vez que, ele é o mediador do processo ensino/aprendizagem.

A inclusão não se torna viável sem a participação efetiva dos professores. Apesar das dificuldades, dúvidas, desafios e pela falta de formação é preciso que o professor acredite que o processo de inclusão de crianças com deficiência nas escolas de ensino regular seja possível. Que a inclusão já é fato nas escolas e que não haverá retrocesso nesse processo. O professor precisa mudar sua ação pedagógica, ajudar na composição do currículo e dos conteúdos que ele utilizará para trabalhar com a inclusão, contribuindo para que a criança com deficiência tenha um ensino de qualidade.

Mantoan (2006), apud Frias e Menezes (s/d, p.12), afirma que:

É necessário recuperar, urgentemente, a confiança dos professores em saberem lidar e desenvolver o processo de ensino aprendizagem com todos os alunos, sem exceções. Para isso, é oportuno possibilitar aos docentes a participação em cursos que discutam estratégias educacionais visando à participação ativa e consciente de todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem. Esses cursos devem atender as necessidades de preparo que os professores têm para desenvolver práticas docentes realmente inclusivas.

O professor deve exigir dos órgãos competentes cursos de qualificação, para que eles possam ampliar e aprofundar nos estudos que estão sendo feitos a respeito da inclusão, assim como as sugestões de como se deve trabalhar com as crianças com deficiência. Deve também cobrar melhores condições de trabalho, com materiais pedagógicos adequados, salas com maiores possibilidades de locomoção das crianças com deficiência, possibilitando maior interação com os demais colegas.

Frias e Menezes (p. 14) sugerem: algumas adaptações que fazem parte do currículo, para garantir a inclusão e a permanência do aluno com necessidades educacionais especiais no ensino regular:

- A criação de condições físicas, materiais e ambientais na sala de aula;
- Favorecer o melhor nível possível de comunicação e interação do aluno com toda a comunidade escolar;
- Permitir e favorecer a participação do aluno em toda e qualquer atividade escolar;
- Lutar pela aquisição de equipamentos e materiais específicos necessários;
- Realizar adaptações em materiais de uso comum em sala de aula;
- Permitir sistemas alternativos de comunicação, tanto no decorrer das aulas como nas avaliações, para alunos que não utilizam a comunicação oral;
- Colaborar na eliminação de sentimentos de baixa autoestima, inferioridade, menos valia ou fracasso.

Dessa forma, entendemos que tanto os sujeitos do processo de escolarização quanto à estrutura física da escola precisam de mudanças, adaptações e reorganização do trabalho, mas principalmente mudança de atitudes por parte de quem cotidianamente lida com essas crianças.

No próximo capítulo caracterizarei a metodologia que foi aplicada no percurso de realização desse trabalho, apontando e explicando os elementos essenciais da pesquisa realizada.

CAPÍTULO 2

METODOLOGIA

O caminho metodológico que trilhei para dar conta de responder ao objetivo e problema dessa pesquisa foi pelo viés da pesquisa qualitativa, do tipo descritiva. Minayo (1994, p. 21,22) afirma que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito peculiares, Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Dessa forma o pesquisador trava uma relação intrínseca com o ambiente pesquisado, cabe a ele extrair dessa relação *“os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível”*. Além disso, o pesquisador precisa interpretar e traduzir *“[...] em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científica, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa”* (CHIZZOTTI, 2006, p. 28, 29).

Chizzotti afirma ainda que quando

[...] o pesquisador supõe que o mundo deriva da compreensão que as pessoas constroem no contato com a realidade nas diferentes interações humanas e sociais, será necessário encontrar fundamentos para uma análise e para a interpretação do fato que revele o significado atribuído a esses fatos pelas pessoas que partilham dele. (Ibidem, p. 27, 28).

Nesse sentido, entendo que a pesquisa descritiva pode contribuir para que a análise e interpretação acerca do que os responsáveis pelas crianças com deficiências podem dar respostas concretas, daquilo que no momento estou investigando.

Na pesquisa descritiva a

[...] interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno num contexto. [...] assim, os resultados são expressos, por exemplo, em retratos (ou descrições), em narrativas, ilustradas com declarações das pessoas para dar o fundamento concreto necessário[...]. (TRIVIÑOS, 1987, p. 128)

Como técnica de coleta de dados escolhi o questionário com quinze perguntas. Richardson afirma que o questionário é o instrumento de coleta de dados mais comum, *“para obter informações acerca de grupos sociais”* (2007, p.189). Esse autor ainda relata que:

Atualmente, não existem normas claras para avaliar a adequação de determinados questionários a clientela específicas. É responsabilidade do pesquisador determinar o tamanho, a natureza, e o conteúdo do questionário, de acordo com o problema pesquisado e respeitar o entrevistado como ser humano que pode possuir interesses e necessidades divergentes das do pesquisador (Ibidem, p. 190).

A respeito de como realizar a análise e interpretação dos dados, optei por estabelecer categorias de acordo com as questões do questionário, que serão tratadas no próximo capítulo. Quanto à utilização de categorias Gil (2007, p. 169) afirma que *“as respostas fornecidas pelos elementos pesquisados tendem a ser as mais variadas. Para que essas respostas possam ser adequadamente analisadas, tornam-se necessário, portanto, organizá-las [...]”*.

A pesquisa foi realizada em uma escola de ensino regular da rede municipal de educação de Goiânia/GO, na qual possui quatro crianças com variadas deficiências. A escolha por essa escola se deu pelo fato dela ser o meu local de trabalho, por 10 anos, facilitando assim que o trabalho de pesquisa aconteça.

Mesmo que a pesquisa tenha sido realizada com as responsáveis pelas crianças, foi solicitada junto à direção da escola a autorização para que em alguns momentos eu pudesse descrever o ambiente em que as quatro crianças estão matriculadas.

Como sujeitos temos as responsáveis pelas quatro crianças com deficiência, as quais prontamente se dispuseram a participar dessa pesquisa, depois que eu entrei contato com elas, explicando do que se tratava o questionário que deveriam responder.

No capítulo seguinte apresento a análise e interpretação dos dados extraídos dos questionários que apliquei com os quatro responsáveis pelas crianças com deficiências da escola que foi lócus de pesquisa.

CAPÍTULO 3

A INCLUSÃO ESCOLAR PELO OLHAR DA RESPONSÁVEL PELA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA

Nesse capítulo apresentarei a análise de dados, a respeito dos questionários aplicados com os responsáveis pelas crianças com deficiência, da escola que serviu como campo de pesquisa.

A pesquisa foi realizada em uma escola de ensino regular da rede municipal de educação da cidade de Goiânia/GO. Ela possui duas turmas de Educação Infantil (pré-escola), com idade de cinco anos. Tem oito turmas de Ciclo I (ensino fundamental), com idades de entre seis e nove anos.

Como foi explicado no capítulo anterior, que trata sobre a metodologia aplicada nesse trabalho, transformei as questões (perguntas) em categorias, assim iniciarei a análise de forma sequenciada, de acordo com o questionário.

3.1 Caracterização do sujeito.

Os sujeitos que foram foco dessa pesquisa são quatro responsáveis por crianças com diferentes tipos de deficiência. Para facilitar o entendimento farei a seguinte identificação:

- mãe da criança com baixa visão – responsável 1;
- mãe da criança com paralisia cerebral – responsável 2;
- mãe da criança com Síndrome de Down – responsável 3;
- mãe da criança com hidrocefalia e mielomeningocele – responsável 4.

A criança que possui baixa visão, mesmo que a responsável 1 não tenha indicado, de acordo com a ficha escolar, a baixa visão é consequência da toxoplasmose congênita, ou seja, adquirida durante a gravidez da mãe.

3.2 Tempo de permanência da criança na escola pesquisada.

A criança com baixa visão e a com paralisia cerebral estão na escola há três anos; a criança com síndrome de Down está há um ano e meio; como também a criança com hidrocefalia e mielomeningocele, apesar de sua responsável (4) ter afirmado que a criança está há cinco anos nesta escola, acreditamos que esse tempo declarado corresponde ao tempo total de escolarização da criança.

A partir das respostas das responsáveis, percebi que as crianças estão frequentando a mesma escola há um bom tempo. Esse é um fator bastante positivo, pois facilita na sua socialização, fortalece o vínculo delas com a escola e da escola com a família.

Um dos fatores que atrapalha a socialização da criança, com deficiência ou não, é a não permanência da criança na mesma escola. É comum as mães matriculem seus filhos e em menos de um ano já solicitam a transferência deles. As crianças perdem a sua identidade escolar, pois a cada temporada estão em uma escola diferente, com pessoas diferentes, ensino diferente e ambiente diferente.

3.3 Os motivos que levaram os pais a colocarem seus filhos com deficiência em uma escola de ensino regular.

Os motivos que levaram os responsáveis a matricular seus filhos em uma escola de ensino regular, se diferem. A responsável 3 entende que a deficiência não é motivo para procurar uma escola de ensino especial, ela relata que: *“não vejo deficiência o suficiente a ponto dele ter que estudar em escola de crianças especiais, até porque a maior dificuldade dele é a fala”*.

A responsável 1 afirma que a inclusão *“deve acontecer para todos”*. A responsável 2 entende que *“é um direito e que deve ser garantido pelo poder público”*. O pensamento das três responsáveis é confirmado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei de nº 9.394/96, em seu Art. 4º [...]: III. *Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino*. Ainda citando a LDB, a Resolução nº. 2/2001, em seu Art. 2º, que instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica diz que: [...] *Os sistemas de ensino devem*

matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educando com as necessidades educacionais especiais [...]. A responsável 4 respondeu que matriculou a criança na escola regular simplesmente por não ter condições financeiras para colocá-la em uma escola especial.

A responsável 4 tem preferência pelo ensino especializado, apesar do seu filho nunca ter estudado em escola especial. O ideal seria que a mesma conhecesse as duas escolas, para que a partir do conhecimento, ela pudesse fazer uma melhor comparação do que é oferecido nas escolas.

3.4 Frequência da criança em escola de ensino especial de ensino regular.

Quando perguntadas se as crianças frequentaram uma escola de ensino especial, as responsáveis 1, 2 e 3 responderam que sim, a responsável 4 respondeu que não. As que responderam sim disseram que a escola especial se adéqua mais para as necessidades das crianças, pois possuem mais profissionais para trabalharem com elas, professor apoio e também possuem atendimento especializado com *“fonoaudiólogo, trabalhos envolvendo a psicomotricidade e a linguagem”* (fala da responsável 3).

As escolas especiais tem um valor relevante para as crianças com deficiência, pois oferecem um atendimento mais específico e especializado, com um conjunto de profissionais, como médicos, fonoaudiólogos, psicopedagogos, psicólogos, fisioterapeutas e professores de educação física, que trabalham diretamente com essas crianças.

Essas escolas contam também com um leque de atividades diferenciadas, como oficinas, atividades envolvendo teatro, música, canto, assim como atividades físicas, que são voltadas para o tipo específico de deficiência.

A responsável 4, que respondeu não, diz que o filho nunca frequentou escola especial, que ele somente fez atendimento no CRER – Centro de Reabilitação e Readaptação Dr. Henrique Santillo, e que ela colocou o filho desde cedo em escolas de ensino regular para ajuda-lo na socialização com as outras crianças.

3.5 A relação professor e responsável.

Nessa questão as responsáveis 2 e 3 responderam que tem contato apenas com as pessoas da secretaria da escola. A responsável 4 respondeu que não tem contato nenhum, pois trabalha no horário em que a criança estuda. A responsável 1 respondeu que não tem contato direto com a professora, mas que elas se comunicam através do caderno de atividades (agenda) da criança, e disse também que faz isso pelo desenvolvimento da criança.

A relação da família com a escola tem que ser em caráter de reciprocidade. Os responsáveis precisam conhecer mais a escola em que seus filhos estudam. As visitas não podem ficar apenas no fator obrigação, somente porque sua presença foi solicitada. Eles precisam participar mais efetivamente do conselho escolar, através de representante eleito por eles, como também participar na construção do Projeto Político Pedagógico da escola.

A Declaração de Salamanca (1994), em seu Art. 61, relata que:

Deverão ser estreitadas as relações de cooperação e de apoio entre administradores das escolas, professores e pais, fazendo que estes últimos participem na tomada de decisões, em atividades educativas no lar e na escola [...] e na supervisão e no apoio da aprendizagem de seus filhos (Apud SANTOS, 1999, p.3).

Dessa forma entendo que a relação dos responsáveis com a escola é superficial, se configurando apenas no momento em que há casos de urgência com a criança. No mais, o contato fica restrito a um telefonema ou um recado na agenda da criança, ou seja, os pais são ausentes na escola.

3.6 O trabalho pedagógico realizado pelo professor.

Quando perguntado se as responsáveis percebiam a preocupação dos professores da escola com o aprendizado das crianças com deficiência, as responsáveis 1 e 3 responderam que sim, a responsável 4 respondeu da seguinte forma “*creio que sim*”. Tal resposta nos leva a imaginar que a responsável 4 não tem clareza sobre o trabalho que realizado com seu filho. A responsável 2 respondeu que “*a grande maioria não são preparadas social/psicológica e pedagogicamente*

para a convivência e a aceitação e preocupação com portadores de necessidades especiais”.

A falta de percepção do trabalho pedagógico realizado pelos professores com as crianças com deficiência não é percebido pelas responsáveis, pelo fato delas não manterem contato direto com a escola, de acordo com o próprio relato delas. Contudo, a de se considerar a resposta da responsável 2 quando ela afirma que existe um despreparo por parte dos professores em lidar com a inclusão na escola.

O professor deve mostrar aos responsáveis pelas crianças qual seu papel e a sua função na vida dos seus alunos. Deve atender os responsáveis de forma democrática, sem acusações ou cobranças, permitindo que eles participem do processo de aprendizagem dos filhos, dando o feedback de como os seus filhos estão se desenvolvendo.

Coll, Marchesi, Palacios & Cols (2004, p. 294), afirmam que:

Os professores devem conhecer bem as possibilidades de aprendizagem dos alunos, os fatores que a favorecem e as necessidades mais específicas deles (...). Conhecer bem os alunos implica interação e comunicação intensas com eles, uma observação constante de seus processos de aprendizagem e uma revisão da resposta educativa que lhes é oferecida (...). O trabalho de professor competente é ajudar todos os alunos a construir aprendizagens significativas (...). É essencial que todos os alunos sintam que podem ter êxito em sua aprendizagem, particularmente quando têm dificuldades ou uma história de fracasso.

3.7 Apoio pedagógico especializado

Perguntei as responsáveis se a escola oferece ou não apoio pedagógico especializado para as crianças, as quatro responsáveis pelas crianças responderam que não.

As respostas confirmam um fato real, a escola não oferece apoio pedagógico especializado por não possuir uma sala multifuncional e nem professoras de apoio para as crianças com deficiência.

O trabalho realizado nas salas multifuncionais é importante, pois esses ambientes são voltados exclusivamente para o atendimento às crianças com

deficiência, oportunizando a experimentação de aulas de informática, acesso a materiais pedagógicos e cadeiras próprias para acomodar melhor as crianças, etc.

Como pode ser visto em documento do Ministério de Educação, a sala multifuncional tem por objetivo:

Apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE, prestado de forma complementar ou suplementar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes condições de acesso, participação e aprendizagem (BRASIL/MEC, acessado em 25/05/2013)

A sala tem também como ações:

Disponibilizar as escolas públicas de ensino regular, conjunto de equipamentos de informática, mobiliários, materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização do espaço de atendimento educacional especializado. Cabe ao sistema de ensino a seguinte contrapartida: disponibilização de espaço físico para implantação dos equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos de acessibilidade, bem como, do professor para atuar no AEE. (Ibdem)

O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº. 4/2009 estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, no seu Art. 5º, define que o AEE *é realizado prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns (...)* (Ibdem)

3.8 Mudanças no comportamento das crianças na escola de ensino regular

Das mudanças de comportamento dos filhos ao frequentar uma escola de ensino regular, quanto ao:

Aspecto positivo: a responsável 1 respondeu que a *“criança melhorou o comportamento”*. A vivência conjunta foi importante porque ajudou a criança a aprender normas de convívio.

A responsável 4 respondeu que a criança *“melhorou no convívio com os colegas e que está aprendendo algumas tarefas, mas com dificuldade”*. Além das

normas de convívio, desafiou a criança a superar suas limitações, interagindo com os demais, conseguindo com isso, realizar tarefas que antes não conseguia.

A responsável 2 respondeu que “*melhorou a comunicação e a coordenação de ideias da criança*”. Com a melhora na comunicação a criança passou a ter mais autonomia com os demais, solicitando ajuda quando necessária.

A responsável 3 respondeu que a criança “*passou a ser mais independente, como se alimentar e se vestir sozinho*”.

Aspecto negativo: a responsável 2 respondeu que a criança se sente excluída, incapaz e inferior.

A responsável 4 respondeu que a convivência do filho com os colegas não é boa, pois seu filho se entristecia muito com as críticas dos colegas.

A responsável 1 respondeu que sua filha sofre Bullying.

A responsável 3 respondeu que seu filho aprendeu palavrões e passou a não querer dividir suas coisas.

Todas as situações relatadas pelas responsáveis, podem ainda ocorrer pela falta de um trabalho mais esclarecedor e sensibilizador da professora junto às crianças de uma forma geral, enfatizando a importância de se respeitar o próximo e até desenvolvendo um trabalho junto às crianças com deficiência, com a intenção de orientá-las a conviverem da melhor forma possível com as suas limitações.

3.9 Situação de constrangimento na escola

Ao serem perguntadas se tanto mãe quanto filho haviam passado por situação constrangedora na escola, as quatro responsáveis pelas crianças responderam que sim.

A responsável 3 respondeu que a adaptação do filho foi difícil no início, que ele não ficava na sala e que em uma ocasião em que seu filho se machucou na escola, ninguém da escola entrou em contato com ela.

Em relação ao relato da responsável 3, da criança não permanecer em sala de aula, no início a escola ainda não havia criado uma rotina para a criança, e só a

partir do momento em que a frequência dela melhorou é que as normas começaram a ser passadas para ela. Agora, quanto ao acidente, esse fato pode ter ocorrido dessa forma, contudo quando qualquer criança se machuca e não precisa de um atendimento especializado e de urgência, os próprios funcionários realizam os primeiros socorros. E, no final da aula, quando os pais ou os responsáveis buscam a criança o fato é relatado.

A responsável 2 respondeu que quando a aluna começou na escola, a professora disse que não teria como acompanhá-la por a mesma ser especial e que para isso necessitaria de ajuda. A falta da formação continuada é um dos grandes entraves no que diz respeito à inclusão. Os professores não sabem como trabalhar com as crianças com deficiência dentro da sala de aula. É preciso maior investimento na área da formação dos professores.

A responsável 1 respondeu que o problema é em relação aos materiais da filha que somem na escola, e que a professora afirma não ser lá. Esse não é um problema específico da criança com deficiência. Questões relacionadas a material escolar acontece, de forma geral, com todas as crianças. Não é um problema exclusivo dessa escola.

A responsável 4 respondeu que o maior problema é com os colegas de sala, e que seu filho elogia e gosta das professoras. Como já foi relatado na pergunta anterior, a falta de um trabalho de sensibilização com as crianças, pode ser o causador do mal estar que a criança com deficiência sente em relação aos colegas.

3.10 Relação das crianças com deficiência com as demais crianças na escola.

Como foi visto nas questões anteriores, a relação das crianças sem deficiência com as crianças com deficiência é prejudicada pela falta de respeito às diferenças, o que provavelmente é gerado pela falta de esclarecimento das crianças sobre estas particularidades.

Em relação ao bom relacionamento com os colegas da sala, as responsáveis 1, 2 e 3 responderam: mais ou menos. A responsável 4 respondeu: sim.

A responsável 4 disse que o filho reclama que *“os colegas não gostam de brincar com ele, porque ele usa fraldas”*.

A responsável 1 disse que é porque a criança *“é hiperativa”*.

A responsável 2 disse que é pelo fato da criança *“ser especial, tendo dificuldade de se comunicar direito e de brincar, e dificuldade de aprendizado”*.

A responsável 4 respondeu que *“o filho tem bom relacionamento com os colegas, pois na rua quando eles encontram com seu filho sempre o chamam e o cumprimentam”*.

No relato das três primeiras notamos que os colegas não estão tendo respeito e aceitação pelas diferenças. .O sentimento de exclusão que as crianças sentem é também sentido pelas responsáveis, que com certeza gera sofrimento para ambos.

Segundo Costa (s/d, p.9), *“as diferenças de gêneros; atitudes; valores culturais... São formas que ao longo da nossa convivência social aprendemos conhecer o outro, enquanto ser que pertence à mesma sociedade”*.

O autor completa ainda: *“pensar no outro, no diferente, na diversidade, é pensar na possibilidade de conviver juntos, mesmo que no grupo possa haver a diferença”*. (p.4)

É preciso que seja feito um trabalho de conscientização com as crianças dessas salas e com a comunidade escolar como um todo, tentando dessa forma minimizar o sentimento de exclusão e encurtar as relações de respeito e aceitação para com o outro.

3.11 Quanto as tarefas extraclasse.

Quando perguntadas se os professores mandam tarefas para casa e se elas os ajudam com as mesmas, as quatro responsáveis pelas crianças responderam que sim, os professores mandam as tarefas.

As responsáveis 2, 3 e 4 responderam que ajudam os filhos com as tarefas.

A responsável 1 respondeu que: *“mais ou menos, no momento estou com problemas”*.

As respostas nos remetem ao fato de que no geral as responsáveis ajudam os filhos com as tarefas que a professora envia para casa, o que nos dá a ideia que elas têm uma noção dos conteúdos que estão sendo trabalhados com seus filhos.

Os pais estão preocupados com o desenvolvimento dos filhos, demonstrando interesse e compromisso com as atividades que a escola encaminha para serem feitas em casa. Reforço à ideia de que a participação dos pais é fundamental e decisiva para que o processo de aprendizagem aconteça.

3.12 Participação das responsáveis em atividades da escola.

Com relação a participação em atividades que a escola promove, a responsável 3 respondeu que não participa por causa do trabalho.

A responsável 2 respondeu que participou apenas da festa junina.

A responsável 4 respondeu que participou apenas da formatura de seu filho.

A responsável 1 se equivocou na pergunta, pois a mesma entendeu que a pergunta se relacionava as atividades referentes ao aprendizado da criança.

De acordo com as respostas as responsáveis só compareceram na escola por algum motivo festivo, ou seja, em reuniões de pais ou outros assuntos relacionados ao aprendizado dos filhos elas não participaram.

Para Coll, Marcheisi, Palacios & Cols (2004, p. 304):

A colaboração da família é de vital importância para favorecer a contextualização e a generalização de determinadas aprendizagens e conseguir que estas sejam mais significativas para a criança, já que pode relacionar o que faz em casa e o que faz na escola.

A família precisa participar mais da vida escolar dos filhos, favorecendo uma relação de parceria com os professores, facilitando o aprendizado dos filhos/alunos, que é de interesse mútuo dos pais e da escola.

A escola precisa se organizar melhor, abrindo espaço para que os pais possam estar mais presentes e assim possam dar sua contribuição no processo de escolarização dos seus filhos.

3.13 Mudanças necessárias na escola para melhoria da educação das crianças com deficiência.

Em relação ao que a escola deveria mudar para melhorar a educação de seu filho, a responsável 1 respondeu que a filha precisaria de uma professora apoio para ajudar e facilitar o aprendizado da mesma, e que, somente com a professora regente a filha não está indo bem.

A responsável 4 disse: “*creio que ... enfatizar a alfabetização*”.

A responsável 2 disse que é preciso haver adequação física e pedagógica para atender alunos com deficiência.

A responsável 3 não soube responder.

As responsáveis querem que algumas ações sejam adotadas, principalmente no que diz respeito ao acompanhamento pedagógico que seus filhos (as) precisam. Uma série de estratégias deve ser pensada para tentar amenizar os déficits de aprendizado que essas crianças possuem.

A escola não dispõe de espaço físico para abrir uma sala multifuncional, o que impede que o atendimento de apoio na escola seja realizado com as crianças com deficiência.

A qualificação do professor é uma das ações chave que pode contribuir para que o aprendizado das crianças ganhe em qualidade.

3.14 Responsabilidades da criança com deficiência em casa.

Na pergunta referente às responsabilidades do filho em casa, a responsável 2 respondeu “*estudar e brincar*”.

A responsável 4 respondeu que o filho tem responsabilidade “*somente com as tarefinhas*”.

A responsável 4 respondeu que o filho tem a responsabilidade de arrumar o quarto, mas sob pressão.

A responsável 1 respondeu que a filha tem a obrigação de arrumar o quarto e lavar os sapatos.

Segundo as respostas das responsáveis 1 e 4, seus filhos têm obrigações em casa. Como toda criança, independente se com deficiência ou não, precisa ter responsabilidade e ajudar as mães, ou seja, cuidando de suas próprias coisas. É claro que as crianças com deficiência realizarão as tarefas de acordo com sua capacidade e limitação.

Segundo James e Prout (1997), apud Belloni (2009, p. 131): *“Crianças são e devem ser vistas como ativas na construção e determinação de sua própria vida social, da vida dos que as rodeiam e das sociedades em que vivem. Crianças não são sujeitos passivos de estruturas e processos sociais”*.

3.15 Atividades de lazer entre a família e as crianças com deficiência.

Com relação às atividades que a mãe costuma fazer para se divertir com o filho, a responsável 1 respondeu que *“as vezes vamos para a praça e brincamos com bola, ela brinca de correr mais o irmão e eu e o pai”*.

A responsável 3 respondeu *“passear de triciclo, cinema, zoológico, mutirama.*

A responsável 2 respondeu *“visita a amigos/as, parques, brincadeiras...”*.

A responsável 4 respondeu *“ele brinca muito com os irmãos e com o pai, eu geralmente só pego no colo e tento dar máximo de carinho possível. Tento recompensar o que ele não recebe dos outros”*.

Nas respostas acima notamos que existe um momento de lazer da família com as crianças com deficiência. Esses momentos são muito importantes para fortalecer os laços de amor, amizade, compreensão e aceitação, além de contribuir para a formação da personalidade, além de que é um direito de toda criança com deficiência ou sem deficiência.

Coll, Marchesi, Palacios & Cols (2004, p. 336), afirmam que: *“o ambiente familiar mais adequado para uma criança com necessidades educativas especiais é aquele em que se procura um equilíbrio entre as necessidades de todos e de cada um de seus membros”*.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990) estabelece: “*Capítulo II. Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: inciso IV – brincar, praticar esportes e divertir-se*”.

Esse momento de lazer também é um direito de toda criança, com deficiência ou sem deficiência. É um momento importante, pois reforça a integração social da criança em espaços públicos, oportunizando a ela ter contato com várias crianças de diferentes níveis culturais, sociais e étnicos.

CONCLUSÃO

Estudar, pesquisar e realizar trabalhos de pesquisa na área da inclusão, na nossa percepção, não é fácil. Pois me deparo no campo de pesquisa com pessoas que convivo cotidianamente e dessa forma em alguns momentos exponho minhas fragilidades, fraquezas e falta de recursos para lidar com crianças com deficiência e conseqüentemente seus pais e ou responsáveis.

Esse trabalho é fruto de angustias, ou melhor, dizendo, é uma busca no sentido de dar respostas a minha inquietação a respeito do trato com crianças com deficiências. Pelo que apresento no decorrer desse trabalho, a inclusão de crianças com deficiência não é papel somente da escola, ela primeiramente começa na família, estendendo-se pela sociedade, escola e políticas públicas. Nesse sentido, fazendo um recorte nessa área foi que resolvi investigar como os pais ou os responsáveis pelas crianças entendem a inclusão no campo da escola.

Diante disso, apresento agora minha síntese final acerca do que foi analisado na pesquisa. Entendo que independente da criança ter deficiência ou não a participação dos pais na escola é fundamental para o desenvolvimento da criança. E no caso das crianças com deficiência essa proximidade deve ser aumentada, pois o trabalho que é realizado na escola deve ser complementado em casa. Além do que, os professores necessitam saber como os pais tratam e veem a criança com deficiência. E pelo que apresento em minha análise dos dados percebo que há um distanciamento entre a família e a escola, pois no geral somente participam das atividades festivas da escola.

Pelo fato da ausência da família nos momentos de troca de informações, reunião pedagógicas, conselhos, dentre outras atividades, me causa certo estranhamento quando as responsáveis pelas crianças com deficiência sugerem mudanças para melhorar o aprendizado dos seus filhos. Entendo que as sugestões devem ter por base, o conhecimento do que vem sendo realizado, ou seja, como podemos sugerir mudanças se não temos ideia do que acontece na escola, ou mesmo como os sujeitos da educação veem e tratam a criança com deficiência?

Dessa forma aponto aqui a primeira falha para que o trabalho de inclusão aconteça de acordo com autores como Nérici (1972), apud Barbosa (2011, p. 13)

(...) *A influência da família é básica e fundamental no processo educativo do imaturo e nenhuma outra instituição está em condição de substituí-la.* Segundo os estudos realizados por esses autores, é visível a melhora do desempenho e aproveitamento das crianças quando a família participa de forma efetiva na escola.

Por mais que as crianças tenham o direito de frequentar uma escola de ensino regular, direito esse garantido pela legislação brasileira, como afirmado pelas responsáveis das crianças com deficiência, isso não indica que de fato ela aconteça.

Para a efetivação da inclusão é necessário que haja um trabalho unificado e concreto, onde família e escola/professores lutem pelo mesmo objetivo, que é o de uma inclusão com qualidade e eficácia, que atenda as necessidades educacionais e especificidades das crianças com deficiência.

Uma das preocupações das responsáveis pelas crianças é a falta de acompanhamento de profissionais de apoio na escola. Contudo, essa utilização não se baseia somente pelo fato de existir crianças com deficiência na escola. Pois, pela legislação municipal a respeito do profissional de apoio depende do grau da deficiência, mais especificamente se a criança consegue realizar de forma independente suas necessidades básicas, como por exemplo, a higienização. Outro fator que considero a esse respeito é o fato da escola não possuir uma sala multifuncional. Vale lembrar que as atividades que são realizadas na sala multifuncional devem ser do contraturno em que a criança com deficiência estuda.

Mesmo assim, as responsáveis pelas crianças com deficiência apontam que elas, no decorrer do processo pedagógico realizado na escola, tiveram desenvolvimento e melhoras no que diz respeito a sua expressão oral e na parte funcional (tomam banho, comem e se vestem sozinhas). Contudo, nos aspectos do desenvolvimento intelectual (escolarização) não perceberam e/ou não acompanharam o aprendizado oferecido pela escola, reflexo da falta de comunicação direta da família com a escola.

Outro grande problema é referente ao relacionamento das crianças com deficiência com as demais crianças da escola, pois elas, segundo relato das responsáveis, reclamam por sofrerem *bullying*.

O *bullying* é um fator presente nas escolas de uma forma geral, contudo em relação às crianças com deficiências na maioria dos casos, é pelo fato de algumas

delas serem excluídas de certas atividades por não conseguirem realizá-las com destrezas. Isso não quer dizer que estamos justificando a ação do *bullying*, mas apontando uma causa que deve ser trabalhada pedagogicamente na escola, por todos os sujeitos envolvidos no processo de escolarização das crianças.

Ainda na perspectiva sobre a visão ampliada da inclusão e do papel da família percebo que em casa, as crianças com deficiência em alguns casos são vistas por portadoras de doença, e não com deficiência, que limita certas atividades motoras e/ou intelectuais mais não as exclui da divisão de tarefas, da aprendizagem de valores morais e éticos, que são necessários para o convívio social.

Em relação às tarefas domésticas que os responsáveis delegam aos filhos, noto que ainda existem pais que superprotegem os filhos, não dando a eles tarefas domésticas simples. Mas em contrapartida existem pais que delegam tarefas aos filhos, como por exemplo, arrumar o próprio quarto, as roupas, a cama, cuidar dos sapatos, possibilitando que a criança ganhe autonomia e confiança na realização de tarefas simples, e com isso se sinta como membro colaborador da família.

Diante do exposto, pela visão dos responsáveis (família) pelas crianças com deficiência, pela convivência diária na escola em que essas crianças frequentam, posso afirmar que a inclusão dessas crianças no ambiente escolar ainda não foi efetivada concretamente, o que se percebe é que está acontecendo um processo de integração nessa escola.

Para que uma escola seja de inclusão é necessário que ocorra: mudanças no currículo; qualificação dos professores; mudanças na metodologia aplicada em sala de aula; comprometimento da escola, como um todo, com o processo de inclusão; adaptação na parte física da escola, melhorando e facilitando a locomoção das crianças com deficiência por todas as dependências de acesso comum da escola, como por exemplo: banheiros, pátio, sala de vídeo, biblioteca; participação efetiva e concreta dos pais, contribuindo para esse processo.

Ao iniciar esse trabalho procurei realizar essa pesquisa buscando respostas as minhas angustias e percepções a respeito da inclusão de crianças com deficiência em uma escola de ensino regular. Contudo, ao ampliar minhas leituras, discussões através das aulas durante o curso de especialização, dos diálogos realizados com os autores, discussões com professores da área, e ainda, com os

sujeitos dessa pesquisa, percebi que algumas perguntas foram respondidas.

Entretanto, outras perguntas surgiram, ou seja, a partir de que princípios uma escola pode deixar de ser de integração e se efetivar como inclusiva? Como deve ser o papel dos gestores da escola nessa transformação? Como os gestores de secretarias de educação podem efetivamente colocar as diretrizes de inclusão em prática nas escolas? Como os professores que lidam diariamente com as crianças podem contribuir para que essas crianças possam ser escolarizadas e seu desenvolvimento possa ser no sentido de dar autonomia pedagógica a elas?

Assim, no meu entendimento, o que percebo é que esse trabalho precisa ser ampliado com novas pesquisas, com vieses diferentes do que foi abordado aqui, para que respostas possam ser dadas, de forma objetiva, para os sujeitos da educação, e conseqüentemente, fazer com que a inclusão de fato aconteça na escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Juliana Silveira Branco: *A importância da participação familiar para a inclusão escolar*. Ipatinga/MG. 2011 – Tese de especialização – UNB – UAB.

BATISTA, Sérgio Murilo e FRANÇA, Rodrigo Marcellino de. Família de pessoas com deficiência – Desafios e superação. *Revista de divulgação técnico-científica do ICPG*. Vol. 3, nº 10. Jan-jun/2007.

BELLONI, Maria Luiza. *O que é sociologia da infância*. Campinas/SP. Autores Associados, 2009. (Acadêmico de bolso).

BEZERRA, Alex Fabiano Santos. *Estratégias para o ensino inclusivo de alunos com deficiência nas aulas de educação física*. (tese de doutorado – UNESP, Marília, 2010).

BRANCO BARBOSA, Juliana Silveira. *A importância da participação familiar para a inclusão escolar*. (Ipatinga/MG. 2011).

BRASIL. Casa Civil. *Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA*. Lei nº. 8.069 de 13 de julho de 1990. Brasília/DF.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394)*. Brasília/DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação: *Portaria Normativa nº. 13*. Brasília, 24 de abril de 2007.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2006.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús & Colaboradores. *Desenvolvimento psicológico e educação – Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais*. Traduzido por Fátima Murad – 2º ed. – Porto Alegre: Artmed, 2004.

COSTA, Vanderlei Balbino da. *A concepção de professores frente a inclusão escolar na diversidade*. Rondonópolis/MT. s/d.

FLORENCIO, Jaqueline Quadros. *Os avanços e as dificuldades da inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais*. Porto Alegre/RS, 2010.

FONSECA, Vitor: *Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem*. Porto Alegre/RS. Editora Artmed. 2008.

FRIAS, Elizabel Maria Alberton e MENEZES, Maria Christine Berdusco. *Inclusão Escolar do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais: Contribuições ao professor do ensino regular*. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>. Acessado em 24/05/2013.

GIL, Marta e GARCEZ, Liliane: *Educação Especial no Brasil: fatos, desafios e realizações*. Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, s/d.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

GORGATTI, Márcia Greguol. *Educação Física Escolar e Inclusão: Uma análise a partir do desenvolvimento motor e social de adolescentes com deficiência visual e das atitudes dos professores*. (São Paulo/SP, 2005).

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Integração X Inclusão*. Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação – Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade – LEPED/UNICAMP. Departamento de Metodologia de Ensino. São Paulo/SP. 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social – teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1994.

RICHARDSON, Roberto J. *Pesquisa Social – Métodos e Técnicas*. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

ROCHA & MACÊDO, Cláudia de Souza & Claudia Regina. *Relação Família & Escola*. Belém/PA. 2002 – Trabalho de conclusão de curso: Licenciatura Plena em Pedagogia.

SANTOS, Mônica Pereira dos. *A inclusão e as relações entre a família e a escola*. (Rio de Janeiro/RJ. 1999).

SCHNEIDER, Roseleia. *Inclusão do aluno com necessidades educativas especiais no ensino regular: um desafio para o educador (s/d)*. Disponível em www.sicoda.fw.uri/revistas/artigos/1_5_49.pdf. Acessado em 09/10/2012.

SEABRA JUNIOR, Luiz. *Inclusão, necessidades especiais e educação física: Considerações sobre a ação pedagógica no ambiente escolar*. (Campinas/SP, 2006)

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais – a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOÍAS FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

QUESTIONÁRIO

Nome do responsável pelo aluno/a: _____

- 1) Qual a deficiência do seu filho/a? _____
- 2) Há quanto tempo seu filho/a frequenta esta escola? _____
- 3) Que motivos levaram você a matricular seu filho/a na escola regular?

- 4) Seu filho já frequentou ou frequenta alguma escola especial? () Não () Sim
4.1 Em sua opinião qual destas duas escolas contribui mais para a formação educacional do filho/a e por quê

- 5) Quais professores da escola regular do seu filho/a você tem maior contato e por quê?

- 6) Em sua opinião os professores da escola regular estão preocupados com o aprendizado de seu filho/a?

- 7) A escola regular oferece algum tipo de apoio pedagógico especializado para seu filho/a?
() Não () Sim
- 8) Você poderia citar algumas mudanças de comportamento (positivas e negativas) do seu filho/a depois que ele/a começou a frequentar o ensino regular?
Positivas:

Negativas:

- 9) Você e seu filho/a passaram por alguma situação que não gostaram na escola?
 Não Sim
Qual (is)?
- 10) Seu filho/a tem um bom relacionamento com os colegas de sala?
 Não Sim Mais ou menos
Por quê?
- 11) Os professores costumam enviar tarefas para seu filho/a realizar em casa?
 Não Sim
- 12) Em quais atividades que a escola promove que você participa ou já participou?
- 12.1-Você costuma ajudar seu filho/a para realizar estas tarefas?
 Não Sim
- 13) Em sua opinião o que a escola deveria mudar para melhorar a educação do seu filho/a?
- 14) Em sua casa quais são as atividades que são de responsabilidade do seu filho/a?
- 15) Que atividades você costuma fazer com seu filho/a para se divertirem?